



LAGO DA PEDRA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 29.736.734/0001-15

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Belo Horizonte, 28 de abril de 2026.

Senhores Acionistas, a Lago da Pedra Participações S.A., com foco em participações em Companhias que desenvolvem atividade imobiliária de construção e incorporação de imóveis de alto e médio padrão, divulga seus resultados financeiros referentes ao exercício de 2025. No último ano, a Companhia manteve seu foco estratégico em investimentos e gestão de participações em operações relacionadas ao setor imobiliário, priorizando projetos que apresentem potencial de desenvolvimento e geração de

valor, buscando resultados sustentáveis e alinhados aos objetivos da Companhia. Olhando para 2026, diante das transformações em curso no segmento imobiliário e da nova dinâmica do setor, mantemos uma postura estratégica e otimista. Estamos atentos às oportunidades e comprometidos com o crescimento sustentável, sempre com foco na geração de valor e na ampliação da nossa presença no ecossistema imobiliário. Seguimos firmes em nosso compromisso com a governança corporativa, a ética e a conformidade regulatória. Nossas práticas internas são pautadas por rigor técnico, responsabilidade

e aderência às melhores referências do mercado. Encerramos 2025 com a convicção de que estamos no caminho certo: unindo inovação, eficiência operacional e visão de longo prazo. Para os próximos ciclos, renovamos nosso entusiasmo e nosso propósito de seguir construindo, junto com nossos parceiros, colaboradores e clientes, soluções que gerem impacto positivo e duradouro. Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho e reconhecemos, com profunda gratidão, o empenho de todos os que constituem a Lago da Pedra no dia a dia.

Table with columns: Ativo, Controladora, Consolidado, Nota, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Includes sections for Ativo circulante, Ativo não circulante, and Total do ativo.

Table titled 'Demonstrações do resultado do Exercício individual e consolidado' with columns: Receita líquida, Resultado bruto, Resultado líquido do exercício, etc.

Table titled 'Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado' with columns: Resultado líquido do exercício, Resultado líquido do exercício, etc.

Total do ativo: 699.549, 718.955, 1.130.093, 1.133.488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Table showing changes in equity with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2023, Saldos em 31 de dezembro de 2024, and Saldos em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações financeiras dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Table showing cash flows with columns: Fluxos de caixa operacionais, Fluxos de caixa de investimento, Fluxos de caixa de financiamento.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
1.1. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
Os ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes...

(a) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência...



LAGO DA PEDRA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 29.736.734/0001-15

PG 2/5

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

regime fiscal (regime de caixa) e pelo regime societário (competência). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 2.1.11. Reconhecimento da receita: A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre Companhias da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (a) Unidades imobiliárias concluídas: Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento da assinatura da promessa de compra e venda, nesse momento os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. (b) Unidades imobiliárias em construção: A Companhia adotou a metodologia de reconhecimento de receitas pelo POC por entender que essa sistemática é a melhor forma de demonstrar os resultados do seguimento, pois é possível acompanhar os resultados durante o processo de construção, isso permite uma análise concreta do resultado dos empreendimentos. Nas vendas de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade. Os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas das unidades em construção: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional de Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apuradas, incluindo a atualização monetária das contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa da NTN-B, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IPCA. A taxa de juro para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC) (c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juro original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juro utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. 2.1.12. Distribuição de dividendos: A Companhia apura balanços intermediários e realiza pagamentos de dividendos intermediários mensalmente, mediante aprovação em Assembleia. O valor de dividendos que excede o resultado do exercício subtrai da conta de Reserva de Lucros. 2.1.13. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais Brasileiros, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. 2.1.14. Apresentação de informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários". 2.1.15. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações nas IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; b) Alterações nas IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/ CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/ desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. 2.1.16. Normas aplicadas pela primeira vez em 2025: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) Alterações nas IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis A IAS 21/ CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocar-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: "Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é: "Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra. "Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra. Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; "Exemplos ilustrativos; "e Alterações à IFRS 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/ CPC 02 (R2) alterada. A Entidade adotou as alterações à IAS 21/ CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais: "A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; "A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e "Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionada ao clima: Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incerteza relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. c) Orientação Técnica OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO): Por meio da Resolução CVM nº 223/ 24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciamento dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO). A entidade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. 2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção: Para fins de aplicação da política contábil de reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção, a administração segue a CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas controladas usam o método de Percentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. A receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelo valor justo da receita das vendas já contratadas. Dessa forma, a receita é reconhecida continuamente ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração. (b) Custo orçado das obras: Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o

encerramento das obras, são revisados periodicamente no decorrer das obras, e o efeito destas revisões nas estimativas afeta o resultado da Companhia e suas controladas, como descrito acima na Nota 2.1.11 Reconhecimento da receita. (c) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis: A Companhia reconhece provisão para demandas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuaram a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. (d) Teste de recuperabilidade do estoque: Anualmente a Companhia submete seu estoque de unidades concluídas ao teste de recuperabilidade, para avaliar se o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável da unidade é determinado pelo preço de mercado atual de venda das unidades similares às que estão sendo objeto do teste, deduzido do valor estimado do custo para realização da venda dessa unidade. Se o valor recuperável for inferior ao valor de custo, a Companhia realiza a baixa do excedente. (e) Provisão para Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa: A Companhia avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar valores que não serão realizados, valores já identificados como perda ou valores que podem não se realizar no futuro. A Companhia utiliza o método de perda potencial para determinar o valor da provisão para perda estimada, avaliando as vendas que possuem contas a receber vencido a mais de 360 dias. (f) Provisão para distrato: A Companhia realiza análises periódicas sobre as unidades vendidas e ainda não repassadas, com o objetivo de identificar eventuais riscos de cancelamentos de vendas. Essas análises são realizadas levando-se em conta o atual cenário econômico, taxas de juros, políticas habitacionais, além de reavaliar a condição financeira do comprador. Uma vez identificada a incapacidade do cliente em conseguir o financiamento bancário, e o mesmo não ter recursos próprios para quitar a unidade, efetua a rescisão contratual. O modelo de negócios da companhia tem como foco a construção de unidades habitacionais de baixa renda com foco no POCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) com valor comercial de unidades de até R\$264 a uma faixa logo acima, fora do programa, que vai até R\$550. Nesse modelo de negócios, o repasse das unidades vendidas é feito durante a construção do empreendimento, pelo modelo associativo, junto a instituição financeira. Esse tipo de financiamento permite que o cliente assine o contrato com a instituição financeira logo após a assinatura da PCV (Promessa de Compra e Venda), e a Companhia recebe os direitos econômicos provenientes da venda de acordo com a construção do empreendimento. Para as vendas em que o financiamento é direto com a construtora, a unidade só é transferida para o cliente ao final do empreendimento e somente quando o mesmo já tenha quitado todo o fluxo financeiro com a companhia. Em caso de distrato dessa venda, a unidade volta para o estoque e a Companhia pode reter até 50% dos valores pagos para cobrir custos e despesas já incorridas. A Companhia realizou suas análises para 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há expectativa de perda com distritos, com isso, não houve a necessidade de provisão. 2.3. Combinação de negócios: Em 30 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu, junto a Direcional Engenharia S.A., 100% da participação da SPE Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda e em 27 de novembro de 2025 adquiriu 51% da participação da SPE São Sebastião Empreendimentos Imobiliários Ltda. O valor pago e a mais-valia alocadas estão evidenciadas na NE 8a. 2.3.1 Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos: Na data-base da aquisição das empresas, os valores dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos estão demonstrados no quadro abaixo.

Table with 4 columns: Descrição, São Sebastião 31/10/2025, Bella Moeda 30/09/2025, Valor contábil Total. Rows include Ativo, Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Outros ativos circulantes, Não Circulante, Passivo, Circulante, Fornecedores, Outros passivos circulantes, Não Circulante, Patrimônio líquido, Capital Social, Reserva de Lucro, Resultado do período.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. 3.1. Caixa e equivalente de caixa. Table with 4 columns: Descrição, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Equivalentes de caixa - aplicações financeiras, Caixa e bancos, Total.

3.2. Aplicações financeiras. Table with 4 columns: Descrição, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Aplicações em letra financeira, Tesouro (Títulos Públicos), Letras financeiras (Títulos Privados), Certificado de recebíveis imobiliários (CRI), Outras aplicações, Total, Curto Prazo, Longo Prazo.

As aplicações financeiras da Companhia têm rendimento atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração que varia entre 100,36% e 101,20% do CDI, conforme natureza e prazo de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade média bruta nos últimos 12 meses das aplicações financeiras da Companhia foi de 99,09% (99,32% em 31 de dezembro de 2024). As cotas subordinadas adquiridas de CRI serão remuneradas com base no IPCA + 8,73 % a.a. e IPCA + 5,50% a.a., com vencimento previsto para abril de 2037 e dezembro de 2039, respectivamente, podendo ser antecipadas em caso de pré-pagamento dos CRIs, obedecendo a ordem de pagamento dos cotistas sêniores para os cotistas subordinados.

4. Contas a receber. Table with 3 columns: Descrição, Consolidado 31/12/2025, Consolidado 31/12/2024. Rows include Contas a receber por incorporação de imóveis, Unidades concluídas, Unidades não concluídas, Alocação de Mais Valia, (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa, (-) Ajuste a valor presente, Circulante, Não circulante.

5. Saldo de caixa e equivalentes de caixa referem-se às aplicações diretamente em CDB que acompanham o CDI, com resgate em D+0 e que não estão sujeitos à mudança relevante de valor. 3.2. Aplicações financeiras. Table with 4 columns: Descrição, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Aplicações em letra financeira, Tesouro (Títulos Públicos), Letras financeiras (Títulos Privados), Certificado de recebíveis imobiliários (CRI), Outras aplicações, Total, Curto Prazo, Longo Prazo.

A vencer. Table with 4 columns: Prazo, Consolidado 31/12/2025, Consolidado 31/12/2024. Rows include Até 3 meses, De 3 a 6 meses, De 6 a 9 meses, De 9 meses a 1 ano, Vencidos, Até 1 mês, entre 1 e 2 meses, entre 2 e 3 meses, entre 3 e 4 meses, entre 4 e 6 meses, Acima de 6 meses.

Total do contas a receber a curto prazo. Table with 3 columns: Descrição, Consolidado 31/12/2025, Consolidado 31/12/2024. Rows include Total do contas a receber a longo prazo, PCLD, AVP, Contas a receber total.

A Companhia registra a perda sobre as parcelas do contas a receber cujo financiamento é direto com a construtora de caráter pró-soluto. O valor a receber referente a essas parcelas em dezembro de 2025 é de R\$98.735 (R\$70.979 em dezembro de 2024). Em dezembro de 2025, a taxa para perda esperada foi de 13,77% (5,32% em dezembro de 2024). Abaixo a movimentação do saldo da PECLD: Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2024, (-) Provisão, (+) Reversão, 31/03/2025. Rows include Movimentação PECLD, As contas a receber de venda de imóveis são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Construção Civil (INCC) até a averbação do Habite-se. Após a averbação do Habite-se, são atualizadas, em sua maior parte, pelo IPCA e hincidência de juros de 12% a.a. A Companhia efetuou o cálculo a valor presente das contas a receber para unidades não concluídas e contabilizou o montante considerando a taxa média de desconto de 6,05%, que representa a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos descontada do IPCA. Abaixo a movimentação do AVP: Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2024, (-) Provisão, (+) Reversão, 31/12/2025. Rows include Movimentação AVP.

Cessão de carteira de crédito: A Companhia celebra, através de suas controladas e por intermediação da Direcional Engenharia S.A., instrumentos de Cessão de Crédito imobiliário para melhor gestão de recursos de forma a antecipar recebíveis. A seguir destacamos as operações realizadas:

Table with 6 columns: Securitizadora, Data da Operação, Valor líquido da operação, Saldo a receber em 31/12/2025, Saldo a receber em 31/12/2024, Passivo vinculado 31/12/2025, Passivo vinculado 31/12/2024. Rows include True Securitizadora S.A. (i), True Securitizadora S.A. (ii), True Securitizadora S.A. (iii), True Securitizadora S.A. (iv), True Securitizadora S.A. (v), Opea Securitizadora S.A. (vi), Virgo Companhia de Securitização (vii), Direcional Recebíveis FIDC (viii), Virgo Companhia de Securitização (ix).

(i) Em 21 de março de 2023, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto ao Banco XP S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$5.090, recebido integralmente na data da operação. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1; (ii) Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à True Securitizadora S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$19.558, em 31 de dezembro de 2025 o saldo a receber é de R\$139. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 15,39%; (iii) Em 14 de junho de 2024, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à True Securitizadora S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$13.468, em 30 de setembro de 2024 o saldo havia sido totalmente recebido. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 5,89%; (iv) Em 19 de setembro de 2024, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à True Securitizadora S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$13.593, em 30 de setembro de 2024 o saldo havia sido totalmente recebido. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 14,57%; (v) Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à True Securitizadora S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$13.224, em 31 de dezembro de 2024 o saldo havia sido totalmente recebido. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 15,46%; (vi) Em 05 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à OPEA Securitizadora S.A. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$36.450, em 31 de dezembro de 2024 o saldo havia sido totalmente recebido. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 2,54%; (vii) Em 27 de maio de 2025, a Companhia celebrou, através da Direcional, um novo Instrumento de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios Imobiliários junto à Virgo Companhia de Securitização. O valor líquido da operação que cabe à Lago da Pedra é de R\$39.488, em 31 de dezembro de 2025 o saldo a receber é de R\$339. Para esse item foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme Nota Explicativa no 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 8,44%; (viii) Em setembro de 2025, a Companhia celebrou, através da Direcional, um Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Direitos Creditórios junto ao fundo Direcional Recebíveis FIDC. O valor cedido foi da Lago da Pedra foi de R\$13.228. Já no quarto trimestre de 2025, foram realizadas novas operações de cessão, de forma que o saldo total cedido passou a ser de R\$26.186. O saldo foi recebido em outubro de 2025. A taxa média de desconto e despesas da operação foi de 8,72%; (ix) Em 01 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou através da Direcional, um novo Instrumento de Crédito Imobiliário junto à Virgo Companhia de Securitização. O valor da cessão foi de R\$24.390 das empresas da Lago. O saldo a receber referente à essa operação é de R\$20.064, em dezembro de 2025. Para essa operação, foi constituído um passivo de Cessão de Direitos Creditórios, conforme nota explicativa 15.1 a taxa média de desconto e despesas da operação foi de 11,24%; 36

4.1. Outros créditos. Table with 4 columns: Descrição, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Créditos junto a cliente (i), Débito com Cessão de Recebíveis (ii), Despesas comerciais antecipadas, Demais créditos, Total, Curto Prazo, Longo Prazo.

(i) Refere-se, em sua maior parte, a contas a receber de clientes referente a taxas de ITBI e Registro das unidades vendidas. Em 31 de dezembro de 2025 foi revertido o valor de R\$130 a título de PECLD (provisão de R\$130 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Contas a receber referente a cessão de recebíveis realizados e em posse da Direcional.

5. Estoques. Table with 4 columns: Descrição, Consolidado 31/12/2025, Consolidado 31/12/2024. Rows include Imóveis concluídos, Imóveis em construção, Terrenos a incorporar, Mais-Valia, Juros capitalizados, Ajuste a valor recuperável, Circulante, Não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de estoques foram submetidos a testes de recuperabilidade. O saldo total de ajuste a valor recuperável em dezembro de 2025 é de R\$2.590 (R\$2.412 em dezembro de 2024) que foi registrado no resultado da Companhia em Custos de Imóveis Vendidos a título de Ajuste a Valor Realizável Líquido. Abaixo a movimentação do saldo:

(+) Ajuste a Valor recuperável Líquido, (-) Reversão de Ajuste a Valor recuperável Líquido. Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025. Rows include Total, 5.1. Juros capitalizados: Os juros incorridos referentes aos financiamentos à produção e operações de cessão de créditos estão contabilizados nas rubricas de "Imóveis em construção" e "Imóveis em construção" de acordo com o OCP 01, e estes são apropriados ao resultado em decorrência das vendas. No exercício de 2025 foram capitalizados, nas contas de estoques, juros no montante líquido de R\$17.568 referentes aos empréstimos e financiamentos, não houve capitalização e juros referentes a operações de cessão de créditos (R\$20.324 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Ainda permanece capitalizado no estoque o montante de R\$7.023 (R\$11.964 em 31 de dezembro de 2024) referente às unidades não vendidas. A taxa média utilizada para a capitalização dos juros foi de 15,43% em dezembro de 2025 (12,73% no exercício findo em dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia financiamento à produção na controladora.

6. Partes relacionadas. Table with 4 columns: Ativo, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Conta corrente com empreendimentos (a), Crédito junto a sócios de empreendimentos (b), Total/Circulante, Circulante, Passivo, Controladora 31/12/2025, Consolidado 31/12/2025, Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Conta corrente com empreendimentos (a), Passivo junto a sócios de empreendimentos (b), Total/Circulante, Circulante.

(a) Conta corrente com empreendimentos: os valores registrados nessa conta referem-se às reduções de capital, as distribuições de dividendos das investidas e aportes realizados pela controladora e que não serão integralizados ao capital das investidas. Não há correção para esse tipo de transação e o saldo será quitado no momento em que a investida gerar caixa para retornar para o Sócio. (b) Passivos junto a sócios de empreendimentos: os valores registrados nessa conta referem-se às reduções de capital. Não há correção para esse tipo de transação e o saldo será quitado no momento em que a investida gerar caixa para retornar para o Sócio. Resultado: A Direcional Engenharia S.A, acionista da Companhia, presta serviços de gestão à Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esses serviços totalizaram R\$660 (R\$807 em 2024).

Movimentação dos saldos de ativo. Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025. Rows include (+) Redução de capital e dividendos, (-) Recebimento das reduções de capital e dividendos, Aportes em investidas, Outros, Total.

Movimentação dos saldos de passivo. Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025. Rows include (+) Redução de capital e dividendos, (-) Pagamento das reduções de capital e dividendos, (+) Aquisição de participações societárias, Outros, Total.

Mais valia - Contratos com Clientes (i). Table with 4 columns: Descrição, Softwares, Mais valia - Contratos com Clientes (i), Total Intangível. Rows include Taxas de depreciação Custo, Saldo em 31/12/2023, Adições, Saldo em 31/12/2024, Adições, Saldo em 31/12/2025, Amortização, Saldo em 31/12/2023, Amortização do período.



LAGO DA PEDRA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 29.736.734/0001-15

PG 3/5

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Softwares	Mais valia - Contratos com Clientes (i)	Total Intangível
Saldo em 31/12/2024	(167)	(1.260)	(1.427)
Adições	-	(8.382)	(8.382)
Saldo em 31/12/2025	(167)	(9.642)	(9.809)
Valor contábil			
Em 31/12/2024	36	10.280	10.316
Em 31/12/2025	40	6.694	6.734

(i) Ágio na aquisição de participações societárias. A realização ocorre em função da construção e venda dos empreendimentos adquiridos.

8. Investimentos

(a) Abaixo a movimentação dos saldos da controladora em 31 de dezembro de 2025

Empresas Controladas	Participação	31/12/2024	Aquisição de participação societária		(-) Amortização de Mais-Valia		Dividendos	Equivalência Patrimonial	Subscrição de AFAC	31/12/2025
			de participação societária	Alocação de Mais-Valia	Mais-Valia	de Mais-Valia				
Canario Engenharia Ltda. (a)	100,00%	130.902	38.803	-	(9.900)	(39.004)	48.417	(64.378)	104.839	
Arapua Empreendimentos Imobiliários Ltda (a)	100,00%	86.422	52.313	-	(11.438)	(26.870)	19.304	(20.001)	99.730	
Vargem Bonita Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	43.842	-	-	39	-	39.563	-	83.444	
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda (a)	100,00%	-	47.717	7.422	(37)	-	217	-	55.318	
Novo Caparaó Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	47.642	-	-	(7.335)	(10.066)	18.692	(20.798)	28.135	
Sobralia Empreendimentos Imobiliários Ltda (a)	100,00%	11.285	12.725	-	(1.073)	(2.947)	2.593	5.239	27.822	
Rio Vermelho Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	33.589	-	-	(12.945)	(24.544)	22.276	(3.556)	14.821	
Riachuelo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	37.598	-	-	(12.639)	(16.346)	22.563	(10.686)	20.490	
Morelia Empreendimentos Imobiliários Ltda (a)	100,00%	22.808	4.011	-	(3.512)	(7.191)	6.950	(6.583)	16.483	
Santa Erelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	18.444	-	-	(347)	(2.765)	1.200	(9.212)	7.320	
Bella Carioca Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA	100,00%	17.305	-	-	(1.096)	-	(319)	(8.309)	7.580	
Leme Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	4.795	-	-	-	-	(519)	-	4.275	
Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	2.095	-	-	(199)	-	(493)	-	1.402	
Valença Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	342	-	-	-	-	2.256	(385)	2.213	
Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	11.889	-	-	(197)	(2.940)	(2.265)	(5.742)	744	
Itaguatins Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	7.090	-	-	-	(4.077)	(587)	(2.012)	414	
Cajueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	792	-	-	-	-	(366)	-	426	
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	368	-	-	-	-	(8)	-	360	
Colina de Santana Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	100,00%	244	-	-	-	(5)	(4)	-	236	
Geminiano Projeto 01 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	100,00%	318	-	-	-	-	(132)	-	186	
Malaquita Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	3.454	-	-	(1.158)	(4.931)	2.220	415	-	
Parque Flores Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	5.525	-	-	(486)	-	(9.540)	4.501	-	
Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	-	-	-	-	-	(375)	375	-	
Direcional Coruripe Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	-	-	-	-	-	(85)	85	-	
Grauna Incorporadora S/A	100,00%	-	-	-	-	-	(143)	143	-	
Sao Sebastião Empreendimentos Imobiliários Ltda (a)	51,00%	-	17.367	23.884	-	-	(57)	-	41.196	
Total Controladas		486.749	172.936	31.306	(62.323)	(141.686)	171.358	(140.904)	517.436	
Total Controladora		486.749	172.936	31.306	(62.323)	(141.686)	171.358	(140.904)	517.436	

(a) No período findo em 30 de setembro de 2025, a Lago da Pedra adquiriu da Direcional o restante da participação das SPEs Arapua Empreendimentos Imobiliários Ltda, Canario Engenharia Ltda, Sobralia Empreendimentos Ltda e Morelia Empreendimentos Ltda, passando a deter 100% das quotas dessas SPEs. Ainda no período, adquiriu 100% da participação da SPE Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 27 de novembro de 2025 adquiriu também 51% da participação da SPE São Sebastião Empreendimentos Imobiliários Ltda.

(b) Abaixo a movimentação da Mais-valia em 31 de dezembro de 2025

Empresas Controladas	Participação	31/12/2024	Aquisição de participação societária		(-) Amortização de Mais-Valia		31/12/2025
			de participação societária	Alocação de Mais-Valia	Mais-Valia	de Mais-Valia	
Arapua Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	53.249	-	-	(11.438)	-	41.811
Canario Engenharia Ltda.	100,00%	36.027	-	-	(9.900)	-	26.127
Novo Caparaó Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	23.699	-	-	(7.335)	-	16.364
Rio Vermelho Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	26.391	-	-	(12.945)	-	13.446
Morelia Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	16.536	-	-	(3.512)	-	13.024
Riachuelo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	19.706	-	-	(12.639)	-	7.067
Bella Carioca Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA	100,00%	8.995	-	7.422	(1.096)	-	7.899
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	-	-	-	(37)	-	3.385
Sobralia Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	5.025	-	-	(1.073)	-	3.952
Santa Erelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	394	-	-	(347)	-	47
Parque Flores Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	522	-	-	(486)	-	36
Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	259	-	-	(199)	-	60
Vargem Bonita Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	39	-	-	-	-	39
Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	197	-	-	(197)	-	-
Malaquita Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	1.158	-	-	(1.158)	-	-
São Sebastião Empreendimentos Imobiliários Ltda	51,00%	-	-	23.884	-	-	23.884
Total Controladas		192.158	31.306	(62.323)	-	-	161.141

(c) A seguir a composição dos saldos das controladas em 31 de dezembro de 2025

Empresas Controladas	Participação	31/12/2025					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)
Vargem Bonita Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	74.200	80.313	19.748	51.360	83.405	39.561
Canario Engenharia Ltda	100,00%	161.336	37.642	57.091	63.174	78.713	48.417
Arapua Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	93.233	21.044	25.586	30.771	57.920	29.105
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	46.673	2.306	1.003	43	47.933	100
Sao Sebastião Empreendimentos Imobiliários Ltda	51,00%	42	34.540	637	-	33.945	(890)
Sobralia Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	28.618	3.375	7.471	651	23.871	4.205
Agua Marinha Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	5.455	22.515	4.019	672	23.279	(578)
Riachuelo Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	32.139	2.337	8.521	12.532	13.423	22.564
Novo Caparaó Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	34.597	12.077	24.280	10.623	11.771	18.693
Santa Erelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	12.401	5.367	6.238	3.449	8.081	1.333
Leme Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	2.525	20.953	19.202	-	4.276	(519)
Morelia Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	24.550	18.406	6.527	32.971	3.458	7.586
Valença Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	8.079	4.494	7.756	2.603	2.214	2.256
Rio Vermelho Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	41.052	16.814	12.634	43.858	1.374	22.276
Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	5.219	3.306	3.706	3.476	1.343	(493)
Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	7.582	5.515	7.638	4.632	827	(2.517)
Cajueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	818	326	705	13	426	(366)
Itaguatins Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	2.887	2.665	2.875	2.263	414	(587)
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	1.366	660	1.154	512	360	(8)
Colina de Santana Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100,00%	572	15	352	-	235	(4)
Geminiano Projeto 01 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100,00%	3.243	570	3.627	-	186	(132)
Bella Carioca Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100,00%	30.180	5.282	30.831	4.949	(318)	(319)
Malaquita Empreendimentos Imobiliários Ltda	90,00%	12.666	12.796	15.096	10.827	461	2.467
Grauna Incorporadora S/A	100,00%	3.381	5.460	7.254	2.772	(1.185)	(143)
Direcional Coruripe Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	18	(1)	1.888	-	(1.871)	(85)
Parque Flores Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	8.160	3.844	12.709	3.833	(4.538)	(9.541)
Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	5.249	414	10.372	4	(4.713)	(375)
Total controladas		646.241	323.035	298.920	285.988	384.368	182.006

9. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento à construção (b)	-	-	115.108	87.115
Notas comerciais (a)	142.435	100.800	142.435	100.800
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	269.273	286.434	269.273	286.434
Total dívida	411.708	387.234	526.816	474.349
Custo de emissão / estruturação				
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	(2.773)	(3.823)	(2.773)	(3.823)
Notas comerciais (a)	(69)	(105)	(69)	(105)
Total dos custos com emissão / estruturação	(2.842)	(3.928)	(2.842)	(3.928)
Total geral	408.866	383.306	523.974	470.421
Circulante	160.818	19.193	161.954	20.117
Não circulante	248.048	364.113	362.020	450.304

A seguir a movimentação do saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora					
	31/12/2024	(+) Entradas	(-) Juros e correção do período	(-) Pagamento do Principal	(-) Pagamento de juros	31/12/2025
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	286.434	-	38.818	(17.000)	(38.979)	269.273
Notas Comerciais (a)	100.800	40.000	16.404	-	(14.769)	142.435
Total da dívida	387.234	40.000	55.222	(17.000)	(53.748)	411.708
Custo de emissão / estruturação						
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	(3.823)	-	1.050	-	-	(2.773)
Notas Comerciais (a)	(105)	(69)	3.169	-	(3.064)	(69)
Total dos custos com emissão / estruturação	(3.928)	(69)	4.219	-	(3.064)	(2.842)
Total geral	383.306	39.931	59.441	(17.000)	(56.812)	408.866

	Consolidado					
	31/12/2024	(+) Entradas	(-) Juros e correção do período	(-) Pagamento do Principal	(-) Pagamento de juros	31/12/2025
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	286.434	-	38.818	(17.000)	(38.979)	269.273
Notas Comerciais (a)	100.800	40.000	16.404	-	(14.769)	142.435
Financiamento à construção (b)	87.115	153.587	11.102	(123.773)	(12.923)	115.108
Total da dívida	474.349	193.587	66.324	(140.773)	(66.671)	526.816
Custo de emissão / estruturação						
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (c)	(3.823)	-	1.050	-	-	(2.773)
Notas Comerciais (a)	(105)	(69)	3.169	-	(3.064)	(69)
Total dos custos com emissão / estruturação	(3.928)	(69)	4.219	-	(3.064)	(2.842)
Total geral	470.421	193.518	70.543	(140.773)	(69.735)	523.974

A seguir a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora				
	31/12/2023	(+) Entradas	(-) Juros e correção do Exercício	(-) Pagamento do Principal	(-) Pagamento de Juros
C					



LAGO DA PEDRA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 29.736.734/0001-15

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outras contas a pagar

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Débitos com clientes, Passivo a descoberto (a), Cessão de recebíveis, Outros, Total/Circulante.

(a) Está representado nessa rubrica o saldo de investimentos com resultado negativo.

15.1. Passivo de cessão: Abaixo a movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Table with columns: Consolidado, 31/12/2024, Cessão de Recebíveis, Devoluções, Despesas com cessão, Correção, 31/12/2025. Row: Cessão de recebíveis.

Table with columns: Consolidado, 31/12/2023, Cessão de Recebíveis, Combinação de negócios, Pagamentos/Devoluções, Despesas com cessão, Correção, 31/12/2024. Row: Cessão de recebíveis.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Crédito cessão de recebíveis - Venda de carteira, Circulante, Não circulante.

A Companhia realizou Cessão de Recebíveis Imobiliários, conforme descrito na nota 4, para a qual não realizou o desreconhecimento do contas a receber por, ainda, participar dos riscos envolvidos na operação. Conseqüentemente, a Companhia registrou um passivo de cessão. Desde a data da cessão, o cessionário usufrui de seus benefícios e já possui o direito de receber os valores de acordo com o fluxo acordado. A Companhia não retém nenhum benefício do contas a receber objeto da cessão. Como os recebíveis ora cedidos ainda não estão performados, não foi possível transferir todos os riscos para a cessionária. Dessa forma, a Companhia está exposta a um pequeno risco em caso de uma eventual inadimplência do distrito da unidade, sendo obrigada a ressarcir a cessionária do respectivo valor. Esse risco se extingue no momento em que as unidades forem alienadas a favor do cessionário.

16. Provisões

16.1. Provisão para garantia: A Companhia constituiu provisões para gastos com as garantias durante o período de construção, apenas para unidades já comercializadas, de forma que eventuais custos incorridos com manutenção, após a entrega das chaves das unidades imobiliárias, serão deduzidos da provisão constituída. Abaixo a movimentação do saldo da provisão:

Table with columns: Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2024. Rows include Saldo 31/12/2023, (+) Provisões, (+) Combinação de negócios, (-) Reversões, (-) Pagamentos, Saldo 31/12/2024, (+) Provisões, (-) Reversões, (-) Pagamentos, Saldo 31/12/2025.

As constituições das provisões para garantia de obra estão fundamentadas nas avaliações das saídas históricas de caixa, referentes a gastos com manutenções, que representam do custo orçado de cada empreendimento em média para as obras de incorporação de 0,41% em 31 de dezembro de 2025 (0,70% em dezembro de 2024).

16.2. Provisão para risco tributários, trabalhistas e cíveis

Table with columns: Tributário, Trabalhista, Cível, Total. Rows include Saldo em 31/12/2023, Provisões, Reversões, Pagamentos, Saldo em 31/12/2024, Provisões, Reversões, Pagamentos, Saldo em 31/12/2025.

A Companhia está envolvida em outros processos tributários (questionamento de ISS para liberação de habite-se e base de cálculo), cíveis (atraso na entrega de empreendimentos / distrito de unidades financiadas / taxa de corretagem / taxa de condomínio) e trabalhistas (Companhia é incluída no plano passivo de demandas proposta por funcionários de empreiteiros, pleiteando nossa responsabilidade subsidiária / vínculo empregatício / horas extraordinárias) surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2025, os valores consolidados são: R\$23 tributário, R\$4.666 trabalhista e R\$18.478 cível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face ao eventual desfecho desfavorável destes.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital subscrito de R\$250.482, totalmente integralizados. Abaixo destacamos a movimentação do capital social:

Table with columns: Instrumento, Deliberação, Data, Movimentação no capital social, Capital Subscrito, Integralizar, Capital Social Integralizado, Emissão de ações (unitário), Quantidade de ações (unitário). Rows include AGE, Aumento de Capital, Redução de Capital, Integralização de capital, etc.

17.2. Reserva de Lucro: 17.2.1. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.2.2. Reserva para retenção de lucros: Constituída principalmente para a manutenção da capacidade de investimentos da Companhia e a execução de obras em curso. Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007).

17.3. Distribuição de dividendos: A Companhia periodicamente levanta balanços intermediários, a fim de distribuir dividendos aos seus acionistas.

Os impostos incidentes sobre as vendas e serviços consistem no Programa de Integração Social (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), sendo 0,65% e 3% para as receitas auferidas sob o regime da cumulatividade e 0,37% e 1,71% para as receitas auferidas sob o regime de tributação especial aplicado às construtoras e incorporadoras, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu a receita bruta do Exercício referente aos empreendimentos em construção no montante de R\$26.080 (R\$2.059 em 2024) referentes à apropriação de permutas por unidades a construir por terrenos. (a) Resultado a apropriar: Os custos orçados a incorrer das unidades vendidas em construção e a receita de vendas de imóveis a apropriar em 31 de dezembro de 2024, oriundos dos empreendimentos em andamento, não refletidos nas Demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Valor, 31/12/2024, 31/12/2025. Rows include I) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas, Empreendimentos em Construção, Receitas de Vendas Contratadas, etc.

(b) Resultado apropriado

Table with columns: Controladas, Incorporação - imóveis em construção, Incorporação - imóveis concluídos, Total Controladas. Rows include 2025, 2024, Resultado apropriado de vendas, Receitas de unidades vendidas, Custo das unidades vendidas, etc.

19. Custos e despesas

19.1. Custos e despesas por natureza

Table with columns: Descrição, Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Matéria prima, Despesas com pessoal, Juros capitalizados, Depreciação e amortização, Serviços de terceiros, Energia elétrica, água e telefone, etc.

19.2. Outras receitas (despesas) operacionais

Table with columns: Outras receitas (despesas) operacionais, Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Amortização de mais valia, Contingências e despesas Jurídicas, Provisão para perdas - Contas a Receber, etc.

20. Resultado financeiro, líquido

Os saldos abaixo representam os rendimentos líquidos da Companhia oriundos das aplicações e cobrança de juros decorrentes de contratos e apresentam também os custos financeiros decorrentes das linhas de créditos utilizados pela Companhia e os custos financeiros de manutenção de conta junto às instituições financeiras.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 demonstra a diferença temporal entre o regime de caixa utilizado pelas SCPs e SPes, tributadas pelo Lucro Presumido e RET (Regime Especial de Tributação), e a provisão de imposto sobre o saldo de contas a receber.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros usualmente contratados pela Lago da Pedra e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e os financiamentos, para construção dos empreendimentos imobiliários e para a aquisição de máquinas e equipamentos. Risco de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, substancialmente a taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras contratadas em reais, juros sobre empréstimos contratados junto ao Sistema Financeiro de Habitação atrelados a TR, e juros de empréstimos de CRI atrelados ao CDI. Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando manter um nível de disponibilidades suficiente para atender às suas necessidades. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

Table with columns: Em 31 de dezembro de 2025, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e três anos, Acima de três anos, Total. Rows include Empréstimos e financiamentos (Nota 9), Fornecedores (Nota 11), etc.

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Risco de crédito: Em 31 de dezembro de 2025, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. A maior parte do contas a receber de clientes é representada durante a construção do empreendimento por meio de financiamento associativo, e as parcelas de vendas diretas, em sua maioria, são garantidas pelas próprias unidades. A parcela que não é garantida por meio da unidade, a Companhia realiza provisão para perda estimada com base no seu histórico de inadimplência para essas parcelas. Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado originado por instrumentos financeiros e considerados relevantes pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício. A exposição se dá apenas com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira decorrente das aplicações financeiras quanto a despesa financeira decorrente dos empréstimos. Portanto, os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas estão livres de risco relevantes já que eles são remunerados à taxa do CDI e IPCA. Para fazer a análise de sensibilidade, a Companhia se baseou em projeções do mercado financeiro para o ano de 2025, considerando Cenário I, Cenário II, e Cenário III. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar na data de vencimento da operação. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. O impacto positivo ou negativo está demonstrado a seguir:

Table with columns: Ativos e Passivos Líquidos (em milhares de Reais), Saldo Líquido em 31/12/2025, Queda 50%, Queda 25%, Cenário Provável, Aumento 25%, Aumento 50%. Rows include TR, CDI, IPCA, POU, INCC, Total.

23. Transações que não afetam o caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou atividades operacionais que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

24. Seguros

Os seguros são contratados pelo Grupo Direcional, que adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025, está demonstrada a seguir:

Table with columns: Itens, Tipo de cobertura, Importância segura. Rows include Seguro de construção (risco engenharia), Seguro garantia pós entrega, Responsabilidade decivil (Obras em construção), Seguro infraestrutura.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DIRETORIA
Paulo Henrique Martins de Sousa - Diretor
CONTADOR
Manoel Rodrigues Neto - CRC/MG 851/100

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Lago da Pedra Participações S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Lago da Pedra Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis e outras informações elucidativas. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Reconhecimento de receita - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1.1.1. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNCV/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Lucro antes do IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL a alíquota de 34%, Despesa estimada com IRPJ e CSLL, Empresas tributadas pelo Lucro Presumido, etc.

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 demonstra a diferença temporal entre o regime de caixa utilizado pelas SCPs e SPes, tributadas pelo Lucro Presumido e RET (Regime Especial de Tributação), e a provisão de imposto sobre o saldo de contas a receber.



LAGO DA PEDRA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 29.736.734/0001-15

PG 5/5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que

possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. § Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as

demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 02 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SSLtda.
CRC2 SP 013846/O-1
Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/EAFA-2F50-9103-096E> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EAFA-2F50-9103-096E



Hash do Documento

o8neE9Xo2WN/PXo0brMieygJsuYdutTZikrIMxLCIvg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 29/04/2026 22:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9200454 Longitude: -43.9603564 Accuracy: 3695.0190666299204

IP: 172.16.4.18

AC: AC SAFEWEB RFB v5

